

Ata n.º 3/2019

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária a Assembleia da União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, no edifício sede da referida União de Freguesias, sito no Largo Santíssimo Salvador em Souto da Carpalhosa, com a seguinte **Ordem de Trabalhos:** -----

1. Apreciação e votação das atas das sessões de 21/12/2018, 29/04/2019 e 21/05/2019; -
2. Apreciação do Relatório de Atividades e Situação Financeira da Junta de Freguesia no período de 01 de abril a 31 de maio de 2019; -----
3. Revisão Orçamental - Apreciação, discussão e votação; -----
4. Atribuição de Topónimo - Apreciação; -----
5. Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril, transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias - Apreciação, discussão e votação. -----
6. Análise e discussão do Plano de Intervenção no Parque Temático da Lagoa; -----
7. Deliberar sobre a data e local de realização da Feira das Atividades Económicas em Ortigosa - ORTIFAE 2019. -----

Ao dar início à sessão, a Presidente da Assembleia, **Marília Ferreira**, deu a conhecer a ausência de dois dos seus elementos António Tavares e Cláudia Coutinho, bem como do facto de ambos lhe terem dado prévio conhecimento e justificado, por correio eletrónico, as respetivas faltas. Atendendo a que António Tavares desempenha na Assembleia o papel de Primeiro Secretário a Presidente da Assembleia solicitou aos membros presentes um voluntário para ocupar o referido lugar nesta sessão, tendo-se disponibilizado Virgílio Franco. Não havendo objeções a Mesa passou a estar constituída por **Marília Ferreira** como Presidente, **Virgílio Franco** como Primeiro Secretário e **Sabina Costa** como Segunda Secretária. -----

Composta a Mesa e não havendo outros assuntos para além dos constantes da ordem de trabalhos a levar ao conhecimento dos elementos da Assembleia, nem se registando pedidos de intervenção da parte dos presentes, a Presidente deu início imediato à ordem de trabalhos:

**1. Apreciação e votação das atas das sessões de 21/12/2018, 29/04/2019 e 21/05/2019**

A Presidente da Assembleia antes de colocar as atas a votação questionou os membros presentes se pretendiam intervir sobre este ponto. **Isabel Silva** pediu a palavra para se dirigir à Presidente da Junta, acusando-a de usar da mentira, em particular na sessão de 21/12/2018, pedindo-lhe que apresentasse um pedido de desculpas perante a Assembleia. -----

**Eulália Crespo**, Presidente da Junta, recorda que os elementos que compõem a Mesa da Assembleia estiveram presentes numa sessão de atendimento do executivo propondo a alteração da ata da referida sessão, com a qual concordou. Porém diz-se sentir indignada porque não houve uma alteração à ata mas um retirar de conteúdo do que naquele dia foi dito pela Presidente de Junta. Acrescenta que pela anterior intervenção uma vez mais foi humilhada, dada como mentirosa e falta de transparência.” Exige” assim que a ata de 21/12/2018 não seja alterada e que se esta nova ata for aprovada, “exige” que a ata inicial seja anexada a esta, pois nesta é que há falta de transparência. ----

-----  
**Marília Ferreira**, Presidente da Assembleia, alerta para o facto da ata ser da Assembleia, e como tal não cabe ao executivo mas aos membros da Assembleia pronunciarem-se sobre a mesma.

**Eulália Crespo** volta a intervir para de novo “exigir” a reposição da versão inicial. -----

**Marília Ferreira**, refere que apesar da ata inicial ter sido aprovada em minuta, o mesmo não aconteceu com a versão completa que foi objeto de reprovação. Disse ainda que lhe parecia não fazer sentido anexar as duas atas, quando muito punha à consideração da Assembleia a reversão da votação. Lembrou ainda que, não tendo sido possível obter a reformulação da ata por parte da Mesa que presidiu à sessão em causa, foi com a melhor das intenções que a atual Mesa tentou colmatar a situação, não sem antes ter abordado todos os intervenientes ou visados nas citações que foram retiradas da ata. Citações essas que nada tinham a ver com as matérias sujeitas a votação, e que na sua essência não passavam de acusações em nada dignificando os órgãos autárquicos em presença. -

-----  
**Fernanda Pedrosa**, pede a palavra para questionar sobre a viabilidade e/ou legalidade de colocar de novo à votação a ata inicial, a propósito da nota sobre a “reversão da votação”. -----

**Vasco Fernandes** pede também a palavra para referir que a ata não tem que forçosamente ser uma transcrição integral de tudo o que foi dito. Pela leitura da ata entende-se o que lá se passou e não vê necessidade da evidência de todas as acusações proferidas que considera de todo desnecessárias, tanto mais que muitas delas se situaram no foro pessoal e não institucional. Entende que esta questão deve ser ultrapassada e que é necessário avançar para os pontos que realmente importam debater em prol da Freguesia. -----

**Eulália Crespo**, volta a usar da palavra para dizer que a ata já tinha sido votada e por isso não entendia a nova votação, pelo que considerava não lhe ser imputável o facto de não se estar a avançar. -----

**Vasco Fernandes**, apela à possibilidade da ata, de antes ser colocada à apreciação de todos, ser dada a conhecer aos que usaram da palavra, para que os mesmos se possam previamente pronunciar sobre a forma como está apresentada a respetiva intervenção. -----

Posto isto, e não havendo intervenções relativamente às outras duas atas, a Presidente da Assembleia colocou à votação, separadamente, a nova versão da ata de 21/12/2018 e as atas de 29/04/2019 e 21/05/2019, tendo sido todas **aprovadas por maioria**, com os seguintes resultados: ----

-----Ata de 21/12/2018 -  
5 votos a favor, 1 voto contra e 5 abstenções -----Ata de 29/04/2019 - 9  
votos a favor e 2 abstenções -----Ata de 21/05/2019 - 6 votos  
a favor e 5 abstenções -----

Contudo será de referir que alguns dos elementos que se abstiveram justificaram o seu voto pelo facto de não terem estado presentes e/ou, à data, ainda não integrarem este órgão deliberativo. ----

A propósito de um reparo entretanto feito por **Fernanda Pedrosa**, pelo facto de não se encontrar transcrita na ata de 29/04/2019 a recomendação à Junta de Freguesia no sentido da construção de um monumento em memória de Maria de Jesus e Teresa Marques, a Presidente da Assembleia referiu que todos os documentos entregues à Mesa constarão dos arquivos da Assembleia como apensos às respetivas atas. Mais solicitou que, sempre que os seus autores pretendam a sua transcrição para a ata da sessão em que são apresentados, deverão alertar para o efeito quando da entrega dos mesmos, para que tal seja tomado em linha de conta-----

Também **Eulália Crespo**, Presidente da Junta, havia entretanto pedido para se pronunciar sobre a ata de 21/05/2019, a propósito da intervenção de Armando Damásio e Micael Gomes, tendo-lhe sido cortada a palavra pela Presidente da Mesa, uma vez que na altura a ata já estava a ser posta à votação dado não ter havido mais nenhum pedido de intervenção por parte dos elementos da Assembleia. -----

## **2. Apreciação do Relatório de Atividades e Situação Financeira da Junta de Freguesia no período de 01 de abril a 31 de maio de 2019;** -----

Entrando no segundo ponto em agenda, a Presidente da Assembleia deu a palavra a **Eulália Crespo**, Presidente da Junta para que a mesma apresentasse os documentos em apreciação ou no mínimo fizesse referência aos pontos que considerasse mais relevantes. -----

**Eulália Crespo** passou a referir que: -----

- As obras nas Escolas estão prestes a iniciar na Moita da Roda, Lameira e Vale da Pedra, adjudicadas à Lizconstroi, única empresa que apresentou resposta aos pedidos de orçamento. -----
- Relativamente ao Parque da Lagoa estão a aguardar a vinda dos técnicos da Câmara para em conjunto com os técnicos do ICNF procederem à análise das árvores.

Questionada a Assembleia sobre a vontade de se quererem pronunciar sobre este ponto, usou da palavra **Vasco Fernandes** que comenta o facto de que do relatório se tenha dado relevância não à obra feita mas à obra que se irá fazer. Chama a atenção para a necessidade e importância de intervir nas paragens dos autocarros antes do início do próximo ano letivo e tendo em conta as obras decorrentes do saneamento e a colocação de novos tapetes questiona sobre a estratégia do atual executivo face à necessidade de passeios, realçando que o executivo deveria apostar nas acessibilidades. Questiona também sobre a necessária intervenção nos cemitérios. Sobre o relatório financeiro acentuou o decréscimo significativo no saldo bancário, chamando a atenção, em particular, para o aumento significativo da despesa em relação ao período homólogo de 2018, não encontrando obras de grande relevo que o justifique. Termina deixando no ar a questão de saber se este aumento da despesa é sustentável. -----

**Eulália Crespo**, diz que a questão dos abrigos nas paragens dos autocarros não está nas mãos do executivo e os passeios apesar de propostos pela Junta a escolha está na Câmara. A pintura do cemitério da Moita da Roda não está esquecida mas não tem havido possibilidade de acorrer a tudo. Quanto à questão financeira refere várias despesas assumidas em 2018 e que só foram pagas em 2019. -----

**Marília Ferreira** intervém como membro da Assembleia deixando Virgílio Franco a presidir, para pedir esclarecimentos ao executivo relativamente à imparidade verificada entre o saldo inicial e o saldo final, tendo em conta o diferencial entre os recebimentos e os pagamentos ocorridos no período em apreciação.

Por indicação da Presidente da Junta a resposta foi dada por **Cidalina Reis**, funcionária da Junta, nos seguintes termos: *“pegamos no saldo de gerência anterior, somamos as receitas cobradas no ano e vamos subtrair aos valores pagos, isso relativamente ao saldo bancário. O saldo da gerência anterior acaba como por ser como que um saldo virtual, ou seja não vai refletir-se neste preciso momento, reflete-se sim inserido nas rubricas. Ao transitar de ano ele transita automaticamente, só que isto não significa que neste momento tenha este saldo porque depois haverá mais receitas e afins que farão face a esta situação. Isto no âmbito do POCAL.”*

Não entendendo a explicação **Marília Ferreira** volta a reformular a mesma questão e **Cidalina Reis** pede desculpa mas informa que *“só sabe dizer a situação de janeiro a maio porque é assim que os lançamentos são feitos no âmbito da receita e da despesa e da transição que é feita a nível do saldo contabilístico. Agora ainda há uma diferença porque foram contabilizados antes de saírem. Nós contabilizamos e ainda poderá estar em movimento no Banco. Teria uma diferença a mais no saldo. Há este saldo no Banco porque ainda há lançamentos em transição, assim dizendo.”* Procurando ir ao encontro da explicação dada, **Marília Ferreira** questiona se o valor apresentado é o saldo bancário ou o saldo contabilístico e se tinha sido feita a respetiva conciliação de saldos, ao que **Cidalina Reis** respondeu que *“as reconciliações bancárias são sempre feitas no final porque durante o ano pode haver sempre alterações e é normal isso acontecer.”* -----

**Fernanda Pedrosa**, reportando-se ao Relatório de Atividades da Junta e referindo-se à questão do encerramento do Parque da Lagoa, pergunta se existe algum documento que o comprove. –

**Eulália Crespo**, Presidente da Junta, diz que *“quando queremos fechar algum assunto estamos sempre a alimentar”*. Lembra que foi feita uma Assembleia Extraordinária em que lhe disseram que não foi ninguém da Câmara que veio encerrar o Parque, mas sim ela própria. *“Mas não foi ela, ou por outra... foi ela porque alguém lhe exigiu. Isso que fim bem claro!”* -----

Não havendo mais intervenções, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

### **3. Revisão Orçamental - Apreciação, discussão e votação;** -----

Foi dada a palavra à Presidente da Junta para justificar perante a Assembleia a necessidade da revisão em apreço. -----

**Eulália Crespo** começou por referir a transferência do saldo da gerência anterior para o exercício de 2019. De seguida fez referência ao valor a transferir da Câmara para cobertura das obras a levar a efeito nas Escola, conforme referido anteriormente. E, por último ao valor a transferir pela Câmara para todas as Juntas. Dado tratar-se de uma transferência nova de 50.000 €, informou que o executivo ainda não decidiu bem onde irão investir, mas terá que ser em maquinaria conforme lhes é pedido. -----

A Presidente da Assembleia solicita à Presidente da Junta que, uma vez no uso da palavra aproveitasse para apresentar quais as contrapartidas orçamentais em termos de despesa perante este aumento de receitas. -----

**Eulália Crespo**, informa que *“o valor foi distribuído por várias rubricas que foram reforçadas conforme se comprova e que não é preciso fazer revisão ao PPI, porque os projetos se mantêm os mesmos, caso contrário teria que vir novamente à Assembleia. Contudo apresentamos a alteração. O mesmo irá refletir: a coluna de dotação atual apresenta o valor inicial previsto, dotação corrigida apresenta a alteração que a rubrica sofreu com o acréscimo dos valores em função da revisão orçamental pelo que está tudo esclarecido”*. -----

**Marília Ferreira** volta a intervir como elemento da Assembleia e começa por frisar que continua a ter muitas dúvidas relativamente aos mapas apresentados dizendo que os não entende. Se, conforme referido pela própria Presidente da Junta a coluna designada por dotação atual apresenta o valor inicialmente previsto para cada rubrica, como é que agora aparecem com valores diferentes dos aprovados em Assembleia de 21/12/2018, sem que a mesma, no mínimo, tenha conhecimento de ter havido qualquer alteração? Depois de dar alguns exemplos concretos pede para que seja esclarecida. -----

**Eulália Crespo**, Presidente da Junta, pede de novo à funcionária Cidalina que esclareça uma vez que está mais dentro dos mapas. -----

**Cidalina Reis** começa por frisar que quem faz a contabilidade é uma empresa credenciada e que os mapas apresentados saem automaticamente do programa. *“Os valores são inseridos e o programa é que gere o resto. Estamos perante um mapa que é a revisão orçamental da despesa. Em função da revisão orçamental da despesa as dotações atuais refletem exatamente o período atual, ou seja, é normal e como sabem em termos de POCAL as alterações orçamentais são puramente da responsabilidade do executivo, em que quando não tem que haver alterações ao nível de projetos nem coisas semelhantes são feitas alterações orçamentais ou onde não haja aqui também alterações em termos de dinheiros em rubricas não existentes no orçamento o que não é o caso. Porquê? Porque tudo o que está aqui refletido existia já orçamento. É normal, um orçamento é isso mesmo, não é um dado fidedigno. É normal que a partir daí haja alterações, porque se para cada alteração houvesse uma Assembleia era impossível, como podem imaginar, porque contabilisticamente estão sempre a haver alterações orçamentais, portanto as dotações atuais são mesmo esse reflexo. Por exemplo, este valor de 500 € que estão aqui nas dotações atuais é o saldo com que ficou, e atenção, uma vez mais digo fictício, porque tudo isto acaba por ser de uma forma previsional em que foi tirado daqui para ser colocado no parque para as despesas que houve com o parque da Lagoa e que agora é restituído e ainda reforçado, tudo isto para fazer face às respetivas despesas”*. -----

**Marília Ferreira** disse estar esclarecida mas não convencida, dando de novo a entender que, independentemente da correta aplicação, ou não, das regras orçamentais deveria ser presente à Assembleia uma explicação prévia que justificasse as modificações orçamentais, não apenas ao nível das revisões mas também das alterações realizadas pelo executivo. Deixa ainda duas questões sem resposta: -----

- No âmbito do controlo orçamental estão ou não a reger-se pelo sistema duodecimal?
- Onde foi aplicado o diferencial, para menos, de 10.150,00 € verificado entre o somatório das “dotações atuais” evidenciado na rubrica “Aquisição de bens de capital no mapa da revisão orçamental da despesa em apreciação e o orçamento aprovado em 21/12/2019 na correspondente rubrica? -----

**Fernanda Pedrosa** pede a palavra reforçando o que já foi sugerido pela Presidente da Assembleia no sentido de em próximas sessões vir alguém devidamente habilitado para prestar os esclarecimentos necessários de forma a dissipar qualquer dúvida nestas matérias, porque ela própria continua com muitas dúvidas sobre a legalidade de algumas operações dando como exemplo a aquisição de uma máquina em que não havia dinheiro no final do ano de 2018 e teve que transitar para o ano seguinte o resto da compra, pois pelo pouco que sabe terá que haver cabimento orçamental. Há questões legais que não consegue acompanhar nem entender. Pergunta também se relativamente aos 18.000,00 € que foram gastos no Parque da Lagoa se houve algum caderno de encargos, se houve orçamento, como é que tudo isso se desenrolou.

**Eulália Crespo**, Presidente da Junta disse que nalgumas situações foram pedidos orçamentos, noutras como referiu na anterior Assembleia, as coisas foram acontecendo na sequência das necessidades que foram surgindo ao longo dos trabalhos. -----

**Marília Ferreira** volta a levantar mais uma dúvida fazendo referência à discrepância entre valores constantes nos mapas de revisão orçamental e os evidenciados no mapa das alterações ao plano plurianual de investimentos, exemplificando com algumas rubricas entre elas a relativa à Charneca do Nicho. -----

Para dar o esclarecimento **Eulália Crespo**, pede de novo à funcionária **Cidalina Reis** para intervir em seu nome enfatizando o facto de que melhor do que ela própria haver na Junta duas funcionárias (a Cidalina Reis e a Ana Albino), que se encontram devidamente habilitadas e que estão frequentemente em formação a nível do POCAL, por isso é preciso ter em conta que estamos a falar de pessoas que sabem daquilo que se está a falar -----

**Cidalina Reis** diz que a dotação inicial que estávamos a falar na revisão orçamental é diferente porque aquela reflete a despesa que houve de janeiro até agora quando houve as alterações. Esclarece que no PPI se tem em conta o projeto e como houve várias alterações no projeto da Charneca do Nicho houve várias mexidas, e termina lamentando não conseguir dar outra explicação.

-----

**Vasco Fernandes** intervém não para pedir explicações mas propondo a existência de uma explicação prévia e com maior pormenor dada a complexidade dos mapas para a maioria dos presentes, bem como o alcance de algumas rubricas, sendo que o executivo ao reforçar de forma significativa algumas dessas rubricas já deverá ter em vista de forma discriminada a sua aplicação. Questiona em particular se se trata ou não de uma cativação o reforço agora verificado de 40.000,00 € na Charneca do Nicho, depois da retirada quase total da dotação inicial a que atribuiu derivar do donativo dado pela SIEMENS.

-----

Contrariando a opinião de Vasco Fernandes, **Eulália Crespo** refere que para a Assembleia virá o geral o que não impede que qualquer membro da Assembleia possa ir em qualquer dia e a qualquer hora à Junta e solicitar os documentos, as contas e tudo o mais pois é um direito que lhes assiste.

-----

Após apreciação, discussão e votação a Revisão Orçamental veio a ser **aprovada por maioria** com 6 votos a favor, 2 votos contra e 3 abstenções.

-----

#### **4. Atribuição de Topónimo - Apreciação;** -----

Foi feita a identificação do local a que se atribuiu o topónimo “Rua do Campo”, não tendo havido qualquer intervenção, mas apenas dado um esclarecimento pela Presidente da Junta no sentido de informar que, por indicação da Câmara, não há necessidade de levar à Assembleia a atribuição de topónimos, mas que entendeu mesmo assim dar conhecimento.

#### **5. Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril, transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias - Apreciação, discussão e votação.** -----

**Eulália Crespo** informou que a Câmara chamou todos os Presidentes de Junta, aconselhando o adiamento da aceitação das medidas propostas. Não se tratará de uma não aceitação mas apenas de um adiamento dado haver essa possibilidade legal e se entender haver a necessidade de uma melhor preparação.

-----



Fernanda Pedrosa intervém dizendo que a forma como este ponto foi colocado na ordem de trabalhos não foi, no seu entender, devidamente esclarecedor quanto ao objetivo pretendido, solicitando esse esclarecimento para situações futuras. -----

**Vasco Fernandes** reforça a ideia da anterior intervenção dizendo que anexo ao diploma que foi distribuído deveria ter sido apresentada uma nota por parte da Junta e/ou da Câmara em que já dessem a conhecer a respetiva posição. Realça contudo que parte das novas atribuições já são executadas pelas Juntas através da figura de delegação de competências e que agora vão passar a ser exercidas como competências próprias. Termina dizendo que também considera prudente não assumir já essas competências, sem se saber qual a verba a ser transferida para lhes fazer face. -----

**Eulália Crespo** agradece as palavras de Vasco Fernandes que também faz suas. -----

**Marília Ferreira**, por seu lado, alerta para uma situação que de certo modo lhe parece contraditória ao que aqui foi exposto, na medida em que foi aprovado um reforço orçamental de 50.000,00 € a transferir com base numa deliberação Camarária suportada precisamente no diploma legal em apreço. -----

Vasco Fernandes, por sua vez, diz não lhe parecer haver contradição na medida em que a Junta se terá de munir de equipamentos para fazer face às suas novas atribuições. -----

Após apreciação e discussão foi colocado a votação, sob proposta do Órgão Executivo desta União de Freguesias do Souto da Carpalhosa e Ortigosa, a **não transferência de competências previstas no Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril, relativamente ao ano de 2019, tendo sido aprovado por unanimidade.** -----

## **6. Análise e discussão do Plano de Intervenção no Parque Temático da Lagoa;** -----

A Presidente da Assembleia informa que na reunião havida entre os elementos da Mesa e os elementos da Junta, não só para calendarizar a presente Assembleia como também para definir a ordem de trabalhos, foi solicitado ao executivo que, na continuação dos trabalhos desenvolvidos na última Assembleia, nos fizesse chegar um plano de intervenção, se possível calendarizado, mas também uma relação das despesas já realizadas naquele parque bem como as que se prevê vir ainda a realizar. -----

Não foi apresentado pelo Órgão Executivo nenhum Plano de Intervenção nem previsão de trabalhos e despesas a suportar, mas apenas uma relação da despesa já efetuada, embora a Presidente da Junta tenha informado que ainda estariam em falta alguma(s) fatura(s). No uso da palavra aproveitou

ainda para lamentar o custo suportado com o pagamento de um dia de trabalho (15/05/2019) em que o senhor esteve parado por força do cancelamento da intervenção que estava a ser feita no Parque, quando ainda se esperava vir a receber pela venda da madeira, com o corte à custa daquele senhor. Pede para que fique registado em ata que *“não foi ninguém que lá foi ao parque mandar parar, foi o Sr. Luís Oliveira deste executivo é que tomou a atitude perante a discussão que existiu no parque, de fazer parar até novas ordens.”* Fez ainda referência aos quinze candeeiros que apesar de ainda não terem sido colocados se encontravam por pagar à “Luziduarte”, uma vez que já tinham sido encomendados. -----

De novo questionada pela Presidente da Assembleia sobre as previsões de intervenção **Eulália Crespo** apenas disse que estavam a aguardar a vinda dos técnicos da Câmara e do ICNF e que até lá não havia nada a acrescentar. -----

Antes de passar ao último ponto em agenda a Presidente da Assembleia questionou se algum dos presentes ainda pretendia intervir, ao que **Vasco Fernandes** aproveitou para fazer alguns comentários a propósito da despesa e da colocação do relvado no parque, chamando ainda a atenção para a falta de pró-atividade do executivo ao não procurar soluções alternativas para ultrapassar com maior celeridade este problema, quando ele próprio se deslocou ao atendimento demonstrando a sua disponibilidade para auxiliar nesta matéria. -----

Na senda da falta de pró-atividade, **Eulália Crespo** e **Fernando Mendes**, elementos do executivo, intervêm também procurando justificar as atitudes tomadas e as ocorrências verificadas quando da visita dos técnicos da Câmara. -----

**Fernando Mendes** referenciou de novo algumas passagens da orientação camarária, frisando que a gestão do parque é da competência da Junta de Freguesia a quem cabe ou não acolher as recomendações que lhe são prestadas. Falou também da legitimidade do executivo para ter feito aquilo que já deveria ter sido feito há muito e acrescentou que *“só não houve Dia da Criança no Parque da Lagoa e não houve Ortifae no Parque da Lagoa por causa de algumas pessoas da Ortigosa e da oposição, e lamenta que se tenham prejudicado as coletividades”*, terminando dizendo: *“vamos acabar com as politiquices e criar uma freguesia onde se possa viver em paz, em que se deem as mãos em prol da comunidade e deixar de cobardias e desconfianças uns para com os outros.”*-----

**Isabel Silva**, membro da Assembleia usou também da palavra para falar do Parque da Lagoa e de outros parques que conhecia e que seriam exemplos a seguir. -----

**Fernanda Pedrosa** agradeceu o esclarecimento de Fernando Mendes dizendo que a oposição não está na oposição contra quem está. Acrescentou que Fernando Mendes veio esclarecer cabalmente que o que está no Parque da Lagoa é da responsabilidade do executivo, contrariando o que aqui já foi dito noutras alturas que era a Câmara que tinha decidido, segundo entendeu. Houve erro? houve precipitação? Eu não quero fazer parte do erro mas da solução e rapidamente e se houve erro ou precipitação há que assumir, agora avançar mês após mês sem solução é que não é legítimo. -----  
-----

**Fernando Mendes** esclarece que, ao contrário do que se tem ouvido dizer, não era intenção da Junta cortar todas as árvores mas algumas e que até havia um projeto para a criação de sombras.

**Eulália Crespo** apela à paciência para aguardar o parecer dos técnicos... *“já chega de acusações”*.

#### **7. Deliberar sobre a data e local de realização da Feira das Atividades Económicas em Ortigosa - ORTIFAE 2019.** -----

Passando finalmente ao último ponto da agenda a Presidente da Assembleia começou por posicionar o assunto reportando-se ao que ficou deliberado na anterior Assembleia sobre a realização do Dia da Criança e da Ortifae: que seria nas datas agendadas, até porque já havia compromissos assumidos, segundo informação prestada na altura pela Presidente da Junta, e que seria na Ortigosa em local a definir com as coletividades que normalmente intervêm nestes eventos. Refere, conforme já transmitido ao executivo, que uma vez mais não foi dado cumprimento à deliberação da Assembleia, porquanto na reunião havida com as coletividades para a escolha do local, o executivo já se apresentou com o lugar definido para a realização do Dia da Criança, sendo que para a Ortifae não apresentou qualquer alternativa quanto à localização, acobertando-se com a vontade maioritária das coletividades presentes em que se mantivesse no Parque da Lagoa, não respeitando por isso a data que se encontrava estipulada.

Assim, não se tendo realizado a ORTIFAE 2019 na data inicialmente prevista (21, 22 e 23 de Junho de 2019), conforme deliberado em Assembleia Extraordinária de 21/05/2019, foi pela Mesa questionado o Órgão Executivo. -----

Em resposta, **Eulália Crespo** e depois de vários considerandos e de referências suportadas na ata elaborada pelo executivo sobre a reunião com as Associações envolvidas na Ortifae, vem justificar que nessa reunião a maioria votou favoravelmente pela realização deste evento no Parque da Lagoa, não se apresentando, por isso, outra alternativa se não mudar a data. -----

Seguiu-se um debate de ideias e justificações em que para além da Presidente da Assembleia e da Presidente da Junta interveio também Luís Oliveira, membro do executivo, e vários outros elementos da Assembleia, não se tendo chegado a qualquer conclusão. -----

Para sair do impasse e uma vez que não foram apresentadas quaisquer alternativas, quer quanto à data, quer quanto ao local, a Presidente da Mesa começou por colocar à consideração da Assembleia a aceitação ou não do **Parque da Lagoa** como local para a realização da ORTIFAE. Foi este **local aprovado por maioria com 7 votos a favor e 4 abstenções**. -----

Em sequência colocou à votação a aceitação ou não de uma **data** indeterminada para a realização da ORTIFAE a **designar pelo Executivo**, tendo tal sido **aprovado por maioria com 9 votos a favor e 2 abstenções**. -----

No intuito de ver a reabilitação do Parque da Lagoa concluída quanto antes, não só para a calendarização da ORTIFAE 2019, como também para permitir a todos poderem usufruírem daquele espaço ainda no decorrer deste verão, a Assembleia incumbiu a Mesa de fazer chegar à Câmara Municipal de Leiria um apelo para a urgente intervenção dos seus Técnicos. -----

Findos os pontos constantes da ordem de trabalhos a Presidente da Assembleia abriu um período para intervenção do público presente, não se registando pedidos para o uso da palavra.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas 00h45 do dia 26 de junho de 2019, tendo-se lavrado a presente ata que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelos elementos da Mesa. -----

A Presidente \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário \_\_\_\_\_

A Segunda Secretária \_\_\_\_\_